

DOSSIÊ MODOS DE VIDA

ESTRUTURAS FAMILIARES E SISTEMA PRODUTIVO:
Famílias Operárias na Crise*

Helena Hirata e John Humphrey**

RESUMO: O artigo analisa as relações entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho profissional, levando em conta a divisão social e sexual do trabalho. Procura mostrar até que ponto as estruturas e as relações familiares têm influência sobre a atividade econômica das mulheres e dos homens e também até que ponto esta última pode ter uma influência sobre as relações familiares. Trabalha com dados de duas pesquisas efetuadas em Santo Amaro, São Paulo, em 1982 e 1986, ressaltando as conseqüências da crise sobre o emprego, fornecendo justamente indicações sobre as diferenciações e as contradições que operam no interior das famílias operárias e seu peso sobre a evolução do emprego na crise.

UNITERMOS: famílias operárias, divisão sexual do trabalho, emprego, desemprego, mulheres, maternidade, crise.

* Este texto sintetiza os principais resultados de uma pesquisa realizada pelos autores em São Paulo, em meados de 1986, sobre "Crise econômica e divisão sexual do trabalho no Brasil", patrocinada pelo Programa franco-britânico de pesquisas ESRC (*Economic and Social Research Council*) - CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) (Subvenção ESRC nº I01230023).

** John Humphrey é *research fellow* no I.D.S. (Institute of Development Studies), University of Sussex, Inglaterra. Helena Hirata é professora visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e no Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas e é *chargée de recherche* no CNRS, França.

Introdução

Trabalho e família apareceram por muito tempo dissociados na tradição sociológica até que o desenvolvimento das pesquisas feministas apontaram para a necessidade de pensar em termos de uma articulação entre sistemas produtivos e estruturas familiares¹, reunificando ao nível analítico a esfera doméstica e a esfera do trabalho profissional. Após uma primeira pesquisa, efetuada em empresa, sobre a importância do sexo e da situação familiar nas conseqüências da crise econômica sobre o emprego², pareceu-nos mais do que nunca fundamental levar a cabo a “interpenetração dos domínios anteriormente estanques da sociologia do trabalho e da sociologia da família”³, uma exigência que constitui ao mesmo tempo, a nosso ver, a afirmação de uma direção fundamental de pesquisa sobre a divisão social e sexual do trabalho.

Ao estudar o impacto da recessão sobre o emprego, não queríamos procurar os fatores explicativos nem exclusivamente do lado da família, nem exclusivamente do lado do trabalho profissional. Também não queríamos buscar o fundamento do comportamento dos homens no trabalho e o das mulheres na família. Finalmente, considerando indissociáveis as estruturas familiares e o domínio profissional, queríamos romper com o enfoque habitual que parte do pressuposto da existência de indivíduos indiferenciados sobre o mercado de trabalho. Essa perspectiva, a nosso ver, pouco esclarece sobre as relações sociais que interferem nas diferentes modalidades de passagem do emprego ao desemprego e vice-versa.

Nosso intuito era mostrar até que ponto as estruturas e as relações familiares tinham uma influência sobre a atividade econômica das mulheres e dos homens e também até que ponto esta última podia ter uma incidência sobre as relações familiares. Os estudos sobre “estratégias familiares de sobrevivência”, no Brasil e na América Latina⁴, se têm o mérito de pensar conjuntamente atividade econômica e família, não consideram o peso das

¹ Título do grupo *ad hoc* constituído no X Congresso Mundial de Sociologia (México, 1982). Os trabalhos seguindo tal orientação metodológica foram agrupados no livro *Le sexe du travail*, 1984 (trad. em português, 1987).

² Sobre essa pesquisa realizada em 1982, cf. parte I.

³ Delphy & Kergoat, s/d. Deve-se notar que os estudos sobre desemprego procuram geralmente explicações apenas do lado do trabalho profissional e do contexto econômico, e, em geral, se referem aos homens. Quando se trata de mulheres, como no estudo de R. Martin e J. Wallace (1984), também a explicação é procurada apenas do lado do emprego e sem referência à situação familiar.

⁴ Para uma apreciação crítica desses estudos, “enfocando padrões de comportamento econômico ao nível do domicílio”, cf. Schmink, 1984, p. 88.

estruturas familiares no tipo de oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e nas modalidades de experiência profissional de cada membro da família. Também não se preocupam em apreender a incidência das atividades econômicas desses membros sobre as correlações de força no interior da família.

A dissociação das dimensões situação familiar e mercado de trabalho nesses estudos se deve, a nosso ver, ao postulado implícito de permutabilidade de todos os membros da família, tendo em vista a “reprodução da força de trabalho”.

A esse tipo de enfoque indiferenciador se opõem os resultados de duas pesquisas efetuadas em Santo Amaro, São Paulo, em 1982 e 1986, sobre as conseqüências da crise sobre o emprego, que forneceram justamente indicações sobre as diferenciações e as contradições que operam no interior das famílias operárias, e seu peso sobre a evolução do emprego na crise.

Crise e divisão sexual do trabalho: a pesquisa de 1982

As análises econômicas sobre o impacto da recessão sobre o emprego tendem geralmente a relacionar a crise a uma retração no volume de emprego e o “boom” econômico a uma situação de pleno emprego. Assim, no Brasil, às análises sobre a redução do nível de emprego entre 1981 e 1984 se substituiu, na época do Plano Cruzado, afirmações indo no sentido de uma absorção rápida e geral do desemprego provocada pela recuperação econômica⁵. Os resultados de nossas pesquisas conduziram ao questionamento de tais afirmações, indicando ao mesmo tempo o interesse de estudar os impactos diferenciados, segundo o sexo, a situação familiar e a qualificação, da conjuntura econômica sobre o emprego.

Vimos que tanto na crise quanto na recuperação, o comportamento do emprego é bastante diferenciado segundo os sexos, e segundo a situação familiar; a pesquisa de 1986 veio indicar também a incidência do nível de qualificação, aliado aos dois outros fatores, na relativa proteção ou exposição ao desemprego.

⁵ Contra essa idéia de uma recuperação econômica com efeitos positivos generalizados sobre o emprego, o Boletim PED (Pesquisa Emprego-Desemprego), editado pela SEADE, discute porque continua a existir desemprego concomitantemente à abertura de oportunidades, e aponta para o fato de que estas não são oferecidas a todos indistintamente. Cf. PED, SEADE, São Paulo, nº 25, 1986.

Resumindo as conclusões da pesquisa de 1982:

Quanto aos resultados empíricos

- os dados sobre as demissões na fábrica pesquisada⁶ indicaram que, em 1981, quase 60% do conjunto de operários de produção foi demitido. As mulheres foram mais atingidas por essas supressões de emprego que os homens, o que parecia confirmar as teses de uma maior vulnerabilidade das mulheres na crise;
- entretanto, os dados mostraram igualmente que, quando houve novas admissões, a população feminina aumentou de novo, voltando - após uma baixa significativa - ao nível inicial;
- a empresa adotou critérios diferenciados segundo os sexos, invocando prioridade na manutenção do emprego para homens casados e pais de família, e critérios variados e contraditórios para as mulheres; os dados confirmaram a adoção prática desses critérios (forte taxa de estabilidade dos operários pais de família e baixa taxa de estabilidade dos operários solteiros e das operárias);
- controlando a variável qualificação, constatou-se que mesmo os operários não-qualificados, quando pais de família, eram mais estáveis que os mais qualificados, mas sem filhos⁷. O efeito da situação familiar sobre a estabilidade nesse mesmo sentido não foi, entretanto, constatada no caso das mulheres.

Quanto às conclusões teóricas

Em primeiro lugar, as teses de um exército industrial de reserva postulando a expulsão das mulheres do mercado de trabalho em período de crise, após sua mobilização durante a expansão, pareciam ser postas em questão por esses resultados que mostravam a permanência das mulheres na atividade a despeito da recessão econômica e do desemprego.

Em segundo lugar, as teses de uma segmentação do mercado de trabalho, postulando a inserção das mulheres num setor menos estável e mais vulnerável, o mercado secundário, também pareciam ser desmentidas por essa permanência das mulheres na atividade.

Finalmente, concluímos - conclusão que será o ponto de partida para a pesquisa de 1986 - que era necessário estudar conjuntamente a dimensão familiar e a dimensão do

⁶ Essa pesquisa se desenrolou numa empresa industrial do ramo eletrônico, onde entrevistas foram realizadas com 60 operárias e 40 operários de produção. Apresentações pormenorizadas dos resultados dessa pesquisa foram objeto de publicações de Hirata & Humphrey na França (1984 a), na Inglaterra (1985) e no Brasil (1984b).

⁷ Ver a tabela "Taxas de estabilidade por sexo, ocupação e status parental", in: Hirata & Humphrey, 1984b: 100.

emprego, o estudo tendo mostrado claramente a que ponto a situação familiar era considerada na política de emprego das empresas.

Quanto aos resultados metodológicos

A pesquisa levou-nos a constatar os limites de um estudo dos problemas de emprego e de desemprego unicamente a partir da empresa. Uma pesquisa como a de 1982 não permite aceder às inativas, às(aos) desalentadas(os), às(aos) desempregadas(s) atuais, aos que não têm trabalho assalariado, aos que vivem de “bicos”, etc. Assim, a pesquisa em empresa é inadequada para apreender a evolução das trajetórias masculinas e femininas dos que se encontram em situações de desemprego e de subemprego, e mais geralmente dos que não puderam ou não quiseram voltar ao trabalho industrial⁸.

Foi a partir dessas considerações que elegemos como campo para nossa pesquisa de 1986, não mais a fábrica, mas o domicílio operário.

Sem emprego na crise: estratégias operárias e desigualdades de sexo

Após um forte crescimento do emprego nos anos 70, e particularmente do emprego feminino, que passa de 6 milhões a 12 milhões entre 1970 e 1980, a crise econômica que se abate sobre o Brasil no final de 1980 tem como consequência um aumento notável do desemprego, aberto e “disfarçado”, assim como do subemprego. Até 1984, quando aparecem os primeiros sinais de recuperação, induzida pelo crescimento das exportações, a política de austeridade econômica, tendo em vista minorar o endividamento externo crescente, teve como consequência uma redução importante do emprego na indústria de transformação (cf. Tabela 1).

Essa redução do nível de emprego afetou desigualmente os homens e as mulheres. Entre 1979 e 1983, a diminuição do emprego feminino em quatro grupos de indústrias foi mais sensível que a do emprego masculino.

Entretanto, no total da indústria de transformação, a diminuição do emprego foi equivalente para a mão-de-obra masculina e feminina (cf. Tabela 2). Pensamos que a especialização sexual das tarefas, aliada à segregação por setores - os ramos industriais

⁸ Para um maior desenvolvimento dos aspectos metodológicos, cf. comunicação feita ao Deuxième Rencontre Sociologie du Travail, Lille, 12-13 mars. 1987, (Hirata & Humphrey, 1987b).

Tabela 1
Emprego por Setor de Atividade Econômica
Região Administrativa de São Paulo
1978-1984

(dezembro de 1980 = 100)

Data	Ind. Transf.	Constr.	Comérc.	Serv.	Total
Dez. 1978	99,1	126,2	92,4	95,3	98,9
Dez. 1979	101,3	104,9	96,2	98,9	100,6
Dez. 1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Dez. 1981	83,3	95,3	96,4	101,8	90,2
Dez. 1982	81,8	85,5	95,8	106,7	90,1
Dez. 1983	74,0	66,6	93,6	106,0	84,0
Dez. 1984 (a)	78,5	62,1	97,6	109,1	86,2

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, vários anos. Dados originalmente do Ministério do Trabalho/SINE.

(a) Os dados para 1984 foram recalculados a partir do índice de 1980 estabelecido para essa tabela, embora o Ministério do Trabalho tenha começado uma nova série baseada em agosto de 1983.

masculinizados tendo sido os mais afetados pela crise do final do anos 1980 - terminou por constituir uma proteção relativa ao emprego feminino.

Os resultados da pesquisa de 1982 foram no sentido dessa tendência geral. Ao nível de uma empresa, pudemos constatar que, num primeiro momento, a crise afetou mais as mulheres que os homens, o corte tendo sido drástico nos postos femininos de fabricação. Entretanto, no momento de relativa recuperação, o nível de emprego feminino voltou ao mesmo de antes da crise, as mulheres sendo de novo empregadas na indústria⁹. A partir dessa pesquisa pudemos qualificar a tese de uma maior vulnerabilidade da mão-de-obra feminina em momentos de recessão econômica, concluindo, ao nível de um estudo de caso, que a especialização sexual das tarefas pode até certo ponto proteger o emprego feminino¹⁰. Tais resultados deveriam também levar a qualificar de outra maneira as teorias do mercado de trabalho dual no que diz respeito à afirmação da vulnerabilidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

⁹ Cf. nota 5.

¹⁰ Essa tese é desenvolvida por Ruth Milkman (1976).

Tabela 2
Evolução do Emprego Masculino e Feminino em Grupos de Indústria Seleccionados
Estado de São Paulo
1979, 1981 e 1983

Grupos Industriais (a) (Seleccionados)	Emprego					
	Mulheres			Homens		
	1979	1981 (1979=100)	1983	1979	1981 (1979=100)	1983
Indústrias Metalúrgicas (b)	158.320	82,2	72,9	875.489	88,3	77,8
Indústrias Químicas (c)	36.476	95,3	86,6	112.619	99,4	92,1
Indústrias Plásticas 3 Ramos	29.293	87,6	78,4	53.266	95,5	94,5
Tradicionalis (d)	268.264	97,0	91,8	309.643	98,9	96,4
Total da Indústria de Transformação	598.727	91,6	84,5	1.752.260	92,2	84,5

Fonte: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Dados não publicados de 1979, 1981 e 1983.

- (a) Essas onze indústrias agregadas em 4 categorias empregam 82% da mão-de-obra feminina e 77% da mão-de-obra masculina no setor industrial.
 (b) Indústrias metalúrgicas: metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte.
 (c) Indústrias químicas: química, farmacêutica e veterinária, perfumaria e sabão.
 (d) Ramos Tradicionalis: têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentícios.

A pesquisa nos domicílios operários de Santo Amaro, São Paulo, em meados de 1986, visava conhecer o impacto diferencial da crise de 1981-1984, sobre uma população mais heterogênea que os efetivos de uma fábrica.

Na pesquisa realizada em fábrica, citada anteriormente, já tínhamos observado que a situação familiar e o sexo tinham um peso importante na evolução do emprego, pois os chefes de família do sexo masculino eram poupados, a empresa despedindo antes os solteiros sem filhos. Quanto às mulheres, sua situação familiar não tinha aparentemente conseqüências na proteção do emprego. O estudo no bairro permitiria testar o impacto diferencial sobre o emprego da situação familiar e do sexo, de um lado, mas também da qualificação, de outro. Mas ela permitiria sobretudo conhecer a sorte de operários e

operárias que, uma vez despedidos, não tinham regressado ao trabalho industrial. Isso porque uma pesquisa em fábrica não permite, por definição, encontrar os ainda desempregados, os desalentados, os que trabalham no setor informal, em bicos, ou os que foram para outros setores econômicos... sem falar das (pois se trata sobretudo de mulheres) que entraram na inatividade após a perda do emprego na indústria.

Com o critério seguinte - operários(as) de produção, tendo sido despedidos de uma indústria, entre final de 1980 e 1984, qualquer que fosse sua situação no momento da pesquisa (meados de 1986) - entrevistamos 140 operários (83 homens e 57 mulheres) após percorrer 1.400 domicílios¹¹. A grande diversidade da amostra¹², tanto em termos de situação familiar quanto de experiência profissional, permitiu-nos apreender as múltiplas soluções adotadas pelas diferentes categorias de operários face à crise e à demissão, assim como os diferentes tipos de dificuldades enfrentadas segundo o sexo, a situação familiar e a qualificação.

Diferentes soluções foram adotadas pelos operários após a perda do emprego. A primeira consistiu na *volta à terra natal*, quando se tratava de operários sem apoio familiar de tipo algum e sem condições de permanecer desempregados à procura de trabalho (quatro em dez nessas condições saíram de São Paulo, mas nossa pesquisa subestima os números reais pois só entrevistamos aqueles que regressaram num momento anterior a São Paulo).

Uma outra saída, talvez surpreendente, para a situação de desemprego, foi o acesso mais ou menos rápido a *um novo emprego industrial*: três quartos dos homens e um terço das mulheres desempregados até julho de 1984 tinham encontrado, mesmo não tendo

¹¹ Conseguimos encontrar portanto um operário(a) correspondendo aos critérios citados acima em cada dez domicílios visitados. Cf. para apresentação de diferentes aspectos da pesquisa de 1986, Hirata & Humphrey, 1987a, 1987c, 1988.

¹² Apesar das dimensões reduzidas da amostra, os grupos de mulheres e de homens entrevistados tinham um perfil bastante próximo da distribuição etária dos operários industriais da Região Metropolitana de São Paulo em dezembro de 1981, quando comparamos com os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho) de 1981, ponderação feita da predominância, na amostra, de operários de indústrias metalúrgicas e correlatas.

Também quanto à estrutura familiar, nossa amostra, que indica a predominância da família nuclear de 4,3 membros, se assemelha às características dos domicílios da pesquisa realizada pelo DIEESE na Grande São Paulo em 198. (Cf. texto de Lilian Montalli e Vera Telles nessa coletânea). Essa correspondência entre as características domiciliares e de distribuição etária da amostra e os resultados de pesquisas mais amplas permitem-nos considerar nossa amostra como representativa da área altamente industrializada da Região Metropolitana de São Paulo.

Finalmente, a amostra não selecionou grupos particulares de trabalhadores, como ex-mulheres casadas ou esposas em famílias nucleares, pois nossa hipótese era justamente a de que as respostas ao desemprego seriam diferentes segundo as diferentes categorias de trabalhadores.

permanecido muito tempo nele, ao menos um emprego industrial até fins de 1984. Mesmo durante a crise, 60% do tempo dos operários e 31% do tempo das operárias (com exclusão dos períodos de inatividade e das estadias fora de São Paulo) foram empregados na indústria.

Na realidade, a queda em 25% do emprego industrial na Grande São Paulo entre 1980 e 1983 poderia ser caracterizada como passível de dois impactos extremos: 1) perda completa do emprego industrial por 25% dos operários e continuidade no emprego para o resto; 2) períodos de desemprego para a totalidade dos operários. Ora, a realidade se situa provavelmente entre esses dois extremos. Oportunidades de emprego eram geradas pelas taxas relativamente altas de rotatividade na indústria. É a existência dessas oportunidades que incitava uma parte dos operários a experimentar situações - como a que veremos a seguir - de desemprego aberto e de procura de emprego.

O desemprego aberto, experimentado pela metade dos operários despedidos, não o foi em igual proporção por todas as categorias operárias. Essa foi a situação sobretudo de mulheres casadas demitidas e dos homens mais qualificados. Do conjunto da amostra, 50% dos homens e 30% das mulheres não recorreram ao trabalho não-industrial, ao trabalho doméstico remunerado, etc. entre o momento da perda do emprego “de referência”¹³, até o momento da entrevista. Essa população, desmentindo a idéia de que “durante o processo de reestruturação aqueles que perdem seus empregos no setor formal (e talvez outros) ingressam no setor informal”¹⁴, se mantiveram numa combinação de empregos industriais e períodos de desemprego. Os homens mais qualificados também não recorreram ao emprego de um novo membro da família, em geral da mulher¹⁵, quando perderam o emprego. Duas razões distintas segundo os sexos explicam tal comportamento. No caso dos homens a expectativa de encontrar logo um novo emprego, aliada a condições financeiras possibilitando a manutenção em situação de desemprego. No caso das mulheres, o período de desemprego aberto significativamente mais longo (as operárias casadas têm em média 15 meses de desemprego aberto contra 7,6 meses para os operários casados) poderia ser atribuído ao apoio financeiro do marido.

¹³ Por emprego de referência entendemos o primeiro emprego industrial encerrado por decisão do empregador após setembro de 1980.

¹⁴ Tal afirmação (Cf. Cornia, 1987) não leva em conta a rigidez relativa da família nuclear (pequeno número de membros da família, em geral composta de marido, mulher e filhos pequenos) já apontada na nota 10. As estratégias alternativas para a obtenção de uma renda familiar, apontadas por outras pesquisadoras, tais como a entrada na força de trabalho de “homens, mulheres e crianças” (cf. Moser, 1981, p.20) estão sujeitas, como na nossa amostra, ao mesmo tipo de limitações.

¹⁵ Como poderiam fazer supor as teses da estratégia familiar de sobrevivência, apontando para outras variáveis além das exclusivamente econômicas, ligadas à sobrevivência material, como, por exemplo, a correlação de forças entre os sexos no âmbito familiar.

Entretanto, tais períodos de desemprego, aberto ou disfarçado por bicos, eram em geral de curta duração, sobretudo para os homens casados, dada a pressão econômica constituída pelo encargo familiar. A despeito de uma clara preferência expressa nas entrevistas pelo trabalho industrial, eles eram forçados - salvo uma minoria que conseguiu um outro emprego industrial - ora a ingressar no setor informal, ora a aceitar trabalhos temporários e diferentes tipos de trabalhos precários. Os operários solteiros relutavam mais do que os casados em aceitar certos empregos considerados de baixo status (trabalhador braçal na construção civil, varredor de rua, etc.) e faziam menos bicos que os últimos (cf. Tabela 3). Tais bicos se refletiam à primeira vista a necessidade premente de renda, poderiam ser vistos, numa análise ulterior, como uma estratégia de preservação à espera de um emprego industrial.

Também foram obrigados a ingressar em outros setores não-industriais (comércio, serviços), onde os salários eram inferiores aos que percebiam no momento da demissão. Alguns efetuaram *trabalhos temporários em indústria*, mas sempre por períodos curtos. Deve-se, aliás, observar que o trabalho temporário dos homens constituía muitas vezes um período experimental de três meses, findo o qual ele era efetivado; quanto às mulheres,

Tabela 3
Períodos de Desemprego Aberto e "Disfarçado" por Tempo de Desemprego e Estado Civil Operários do Sexo Masculino

Estado Civil (1)	Números absolutos			
	Solteiro		Casado	
	Tipo de Desemprego			
Tempo de desemprego (3)	Aberto	"Disfarçado"(2)	Aberto	"Disfarçado"(2)
1 a 3 meses	13	3	24	8
4 a 6 meses	4	0	7	11
7 a 12 meses	4	4	1	16
mais de um ano	0	3	0	3

(1)O estado civil dos operários é aquele do início de um período de desemprego. Um operário que se casou após o início de um período de desemprego e antes do início de um outro aparecerá na tabela uma vez como solteiro e uma vez como casado.

(2)Desemprego "disfarçado" se refere a qualquer período de desemprego durante o qual o operário efetuou algum "bico".

(3)Nesta tabela, cada período de desemprego é calculado separadamente.

embora tenham em proporção maior aceito um vínculo temporário, não foram em nenhum caso efetivadas, trabalhando períodos de três meses em ocupações sem qualificação e sem perspectivas de estabilização.

Dos desempregados homens, os casados, sendo em geral mais qualificados, enfrentaram melhor as pressões familiares sobre o provedor; os não-qualificados, mesmo quando solteiros, tiveram de se dispor a trabalhar mais no setor informal e nos setores não industriais.

Os *bicos* eram fortemente diferenciados por sexo, e neles se podia reencontrar o mesmo tipo de divisão sexual do trabalho verificado no trabalho assalariado, os bicos masculinos tendo uma relação mais direta com a experiência profissional precedente e os bicos femininos só recorrendo às suas competências domésticas, o que redundava num obstáculo suplementar à conservação do perfil profissional para as operárias. Entretanto, tanto os bicos dos desempregados quanto o das desempregadas tinham em comum o fato de serem muito mal remunerados, o que implicava, no caso dos homens, quando o período de desemprego era mais ou menos longo, a utilização do Fundo de Garantia, no recurso a ajudas familiares e em particular, num certo número de casos, à existência prévia ou à obtenção de um outro salário para a sobrevivência familiar.

Apenas um dos 16 homens casados cujo tempo de desemprego mais longo excedia seis meses não apontava bicos como fonte de renda; eram citados com frequência o Fundo de Garantia e a renda obtida pela mulher. Nove esposas desse grupo de 16 homens tinham um emprego quando os maridos perderam o emprego de referência e quatro conseguiram se empregar conseqüentemente ao desemprego dos cônjuges. Do conjunto dos homens casados, 25 tinham esposas inativas no momento da perda pelos maridos do emprego de referência, das quais 10 passaram a ter um trabalho remunerado.

É necessário mencionar que essa incidência da crise sobre o contexto doméstico variou segundo as categorias operárias. A melhor posição financeira dos ferramenteiros e dos operários de manutenção explicaria possivelmente o fato de suas esposas serem em número mais significativo inativas antes da perda por eles do emprego de referência e também de serem as que em menor proporção ingressaram numa atividade remunerada no momento do desemprego do chefe de família¹⁶.

Além dos bicos que, mesmo quando correspondiam à qualificação profissional, eram instáveis e deixados de lado em caso de surgimento de oportunidades de emprego assalariado, outras soluções foram adotadas face à demissão: o emprego assalariado não-industrial, o trabalho por conta própria, o serviço doméstico remunerado e o trabalho a domicílio (cf. Tabela 4).

¹⁶ Sobre o comportamentos das esposas dos operários despedidos na crise e seu acesso ao mercado de trabalho em conseqüência do desemprego dos seus maridos, cf. H. Hirata e J. Humphrey, 1987a., 1987c.

Tabela IV

Indicadores Seleccionados de Atividade Econômica no Período de Crise (1)

Homens	Números absolutos			
	Não- Qualificados	Outras Produção	Ocupação Apoio	Ferramentaria e Manutenção
. Menos de 6 meses fora do trabalho industrial (2)	6	8	0	11
. Apenas emprego em indústria de transformação ou desem- prego no período	10	13	0	17
. Algum emprego assalariado fora da indústria de transformação	8	5	4	3
. Ao menos 12 meses em emprego assalariado fora da indústria de transformação (3)	5	3	4	1
. Algum emprego por conta própria	3	1	0	5
	N=25	N=21	N=6	N=27
Mulheres	Não- Qualificadas	Outras Produção		
. Menos de 6 meses fora do trabalho industrial (2)		3	3	
. Apenas emprego em indústria de transformação ou desem- prego no período		8	7	
. Algum emprego assalariado fora da indústria de transformação		5	2	
. Ao menos 12 meses em emprego assalariado fora da indústria de transformação (3)		3	2	
. Algum trabalho a domicílio		2	0	
. Algum trabalho doméstico remunerado tempo integral		11	1	
		N=35	N=14	

(1) Esses dados excluem 4 homens e 4 mulheres que não expressaram interesse em encontrar trabalho industrial e também 4 mulheres que estavam inativas desde o momento em que perderam o emprego de referência.

(2) No período que vai desde a perda do emprego de referência às entrevistas em agosto de 1986.

(3) Inclui períodos de emprego assalariado fora da indústria de transformação, iniciados antes de dezembro 1984, mas prosseguidos posteriormente.

Como veremos a seguir, a adoção destas modalidades de trabalho era também fortemente diferenciada segundo o sexo, a qualificação e a situação familiar.

O trabalho por conta própria foi a solução adotada majoritariamente por homens mais qualificados e casados. Dois operários não-qualificados desse grupo começaram a efetuar trabalhos na franja dos bicos ou do trabalho assalariado (conserto de carros, pintor de casas): tais atividades apresentavam-se mais como alternativas temporárias que como o estabelecimento de um negócio autônomo. Também dois jovens não-qualificados fizeram trabalho por conta própria (entregador e produção caseira de perfumes) de modo irregular. Os outros sete operários eram todos, salvo uma exceção, qualificados e montaram pequenos negócios (dos quais quatro bares). Apenas um deles (um bar) continuava existindo em 1986, na época das entrevistas. Na realidade, embora correspondessem a antigos projetos pessoais eram frágeis e deixados de lado, quando surgiam oportunidades de emprego assalariado, quando não abriam falência antes. A falta de segurança, as longas jornadas de trabalho necessárias para manter o negócio, a baixa renda auferida, podiam explicar o insucesso dessas iniciativas. O trabalho por conta própria foi uma modalidade marginal de atividade durante a crise (apenas 5% do total do tempo dos homens), e ainda mais para as mulheres: apenas 2 o exerceram.

Quanto ao *trabalho a domicílio*, poucas mulheres o adotaram (e casos), embora pudesse parecer, à primeira vista, uma atividade adequada ao emprego da mão-de-obra feminina, sobretudo casada. Algumas pesquisas tem mostrado que tal prática existe no interior de São Paulo (por exemplo em Americana; cf. Schmitz, 1982, p.124-5), sendo mal visto pelas famílias operárias industriais da capital (cf. Macedo, 1979, p. 22). Podemos supor que essa modalidade de trabalho se pratica mais no interior do que na Grande São Paulo, onde os salários são mais altos e as possibilidades de emprego melhores para as mulheres.

Foi no *setor de serviços* que encontramos um maior número de mulheres que foram demitidas da indústria entre fins de 1980 e 1984. Se as mais jovens escolhiam outros setores de serviços ou do comércio (cabeleireira, vendedora, trabalho de escritório, etc.) as mais velhas acabavam aceitando propostas de trabalho como faxineira, empregada e em serviços de limpeza em geral. Embora as modalidades fossem diferenciadas - diaristas trabalhando em várias famílias, empregadas mensalistas numa só família, etc.¹⁷ - tal trabalho só era aceito na falta da opção preferida - o trabalho industrial - pois implicava salários baixos e

¹⁷ Nossa pesquisa não pôde apreender a proporção de empregadas dormindo no emprego e as que se deslocam diariamente ao domicílio do empregador, pelo fato de a pesquisa ter sido realizada em bairros operários. Os moradores não eram empregadores e as trabalhadoras dormindo no domicílio dos patrões não teriam sido encontradas por nós.

piores condições de emprego (falta de previdência social e benefícios existentes no assalariamento formal) e de trabalho; a relação patroa-empregada no espaço confinado do trabalho doméstico já mereceu algum estudo na literatura sociológica brasileira (cf. Abreu de Souza, 1980; cf. Saffioti, 1979; cf. Motta, 1936).

Essa aversão ao *trabalho doméstico remunerado* explicaria o fato de tal tipo de ocupação ser mais comum entre as desempregadas mães solteiras e certas casadas, as menos qualificadas. As mulheres qualificadas, tanto solteiras quanto casadas, não exerceram tal ocupação.

Os desempregados do sexo masculino também aceitaram como segunda opção, por falta de oportunidades de emprego industrial, *trabalhos assalariados fora da indústria*. Os operários qualificados puderam aceder a empregos que tinham relação com sua experiência profissional prévia enquanto os não-qualificados acabaram aceitando trabalhos fora da indústria mal remunerados e de baixo status; os que passaram por períodos mais longos de emprego fora da indústria foram sobretudo aqueles sem oportunidades imediatas nessa última isto é, os operários não-qualificados mais idosos e os que tinham postos auxiliares previamente na indústria (trabalhadores de controle de qualidade, almoxarifado, etc.).

A curto prazo portanto, e no contexto de uma conjuntura de crise, as estratégias dos operários e das operárias foram bastante diferenciadas de acordo com o sexo, a situação familiar e a qualificação. O momento da recuperação econômica é, entretanto, aquele que vai mostrar até que ponto essas diferenças podem se tornar notáveis, indicando assim o alcance a longo prazo da crise sobre o destino das operárias e dos operários.

Recuperação econômica e desigualdades de sexo

A partir de 1984 observa-se um novo crescimento do emprego assalariado concomitantemente à estagnação do trabalho autônomo e à queda do número dos trabalhadores sem registro. A volta maciça dos homens e mulheres da amostra ao emprego indica, de um lado, o surgimento de oportunidades de emprego no setor industrial mas também, do lado da oferta de mão-de-obra, a preferência nítida destes trabalhadores de ambos os sexos pelo emprego industrial.

A maioria absoluta dos operários industriais desempregados entre outubro de 1980 e 1984, tanto solteiros quanto casados, voltaram à indústria, muitas vezes no mesmo ramo e por vezes no mesmo tipo de ocupação. Também os operários em postos auxiliares, como de controle de qualidade e almoxarifado, que não conseguiram emprego industrial durante a crise, voltaram a ter acesso ao tipo de trabalho em que estavam previamente empregados.

O único operário do setor de ferramentaria e manutenção que não regressou à indústria foi aquele que conseguiu manter o bar montado durante a crise. Os operários semi-qualificados e qualificados encontraram também empregos industriais, com a exceção daqueles satisfeitos com empregos não industriais obtidos durante a crise e de um desempregado, mas devendo recomeçar a trabalhar naqueles dias. Apenas os operários mais idosos e sem qualificação continuavam a tentar encontrar trabalho na indústria sem sucesso.

Entretanto, a expansão econômica não teve um impacto equivalente sobre o emprego de todas as categorias operárias da amostra. As mulheres operárias tiveram uma reintegração no mercado de trabalho muito mais seletiva e diferenciada que os homens, sua volta à indústria tendo sido bem menos significativa. Embora operárias industriais no momento da perda do emprego de referência, e muitas vezes com experiência longa de trabalho no setor, perderam com a crise sua identidade profissional mais facilmente que os homens (cf. Tabela 5).

Se as mulheres qualificadas, na sua grande maioria casadas, puderam voltar à

Tabela 5
Operárias Casadas (a) = Setores de Atividade Econômica em Dezembro de 1984, em Dezembro de 1985 e em Agosto de 1986 (b)

Atividade Econômica	Em porcentagem		
	Dezembro 1984	Dezembro 1985	Agosto 1986
Indústria	31,6	30,0	34,8
Assalariada não-industrial	5,3	5,0	8,7
Serviço doméstico remunerado	15,8	30,0	21,7
Desempregada	42,1	30,0	30,4
Outras Atividades	5,3	5,0	4,3
	N=19	N=20	N=23

(a) Com exclusão das “inativas” (N = 12).

(b) Essa tabela se refere às situações profissionais das operárias casadas nas datas mencionadas. A situação familiar para os anos indicados corresponde àquela em que se encontravam no momento do ingresso no emprego industrial ao qual tinham tido acesso em dezembro de 1984, em dezembro de 1985 e em agosto de 1986.

indústria pouco tempo depois de um período de desemprego aberto e as mulheres solteiras e as chefes de família (mães solteiras, viúvas, divorciadas, etc.) voltaram em parte para a indústria e em parte para outros empregos assalariados, as mulheres casadas e não-qualificadas não tiveram praticamente oportunidade de volta à indústria. Fora a “inatividade”, as possibilidades que lhes eram oferecidas eram o serviço doméstico remunerado ou os bicos. Um certo número de mulheres dessa categoria continuou desempregado.

A situação de emprego no momento da recuperação econômica se diferencia assim nitidamente segundo o estado civil e a qualificação no caso das mulheres: das 57 mulheres da amostra, 35 eram casadas no momento da pesquisa, 13 eram solteiras e nove eram chefes de família (mães solteiras, viúvas, divorciadas, etc.)

As solteiras voltaram à indústria na mesma proporção que os homens solteiros e com qualquer nível de qualificação, tendo uma experiência de ao menos seis meses de trabalho industrial no momento da perda do emprego de referência. Praticamente todas as solteiras no momento das entrevistas eram ativas contínuas, apenas uma tendo passado por 3 meses de inatividade.

As chefes de família (mães solteiras, viúvas, divorciadas, etc.) voltam em mais de 50% para a indústria, o restante sendo empregado no setor de serviços.

As mulheres casadas se dividiam em duas categorias: *as operárias qualificadas* voltaram rapidamente à indústria, sua qualificação sendo reforçada pelo fato de que não tinham filhos pequenos. Apenas 10% das *operárias não-qualificadas*, que constituem a maioria da amostra (27 casos) puderam encontrar um emprego industrial. Quase 40% ingressaram na inatividade, cerca de 30% permaneceram desempregadas, o restante ingressando no setor de serviços ou trabalhando a domicílio. A análise dessa segunda categoria de mulheres casadas indicou que o fato de ter filhos pequenos não era para elas um obstáculo determinante no acesso ao trabalho industrial, pois mesmo as que não os tinham não conseguiram acesso a um emprego industrial.

Os obstáculos criados pela situação familiar no acesso ao emprego parecem assim ser reforçados pelo nível de qualificação. As operárias casadas e não-qualificadas enfrentavam barreiras não só em relação ao emprego, mas à própria atividade. Tais barreiras podiam vir das empresas e às vezes de considerações tecidas no nível do casal e da família e o benefício que adviria do trabalho da mulher.

Assim, algumas categorias operárias foram expelidas em caráter permanente da indústria, e em certo número de casos, da atividade econômica. Para elas, as consequências da crise econômica sobre o emprego e a carreira profissional, longe de serem conjunturais, acabaram por se tornar irremediáveis. Finda a crise, uma parte das mulheres casadas perdia seu perfil de mulheres trabalhadoras sobre o mercado de trabalho para serem reforçadas suas identidades de esposas e de mães de família.

Conclusões

Esse estudo mostrou, em primeiro lugar, o quanto as flutuações econômicas podem ter, sobre o emprego operário, conseqüências diferenciais: a análise tendo abarcado tanto uma conjuntura de recessão quanto de recuperação econômica, foi possível aprender as conseqüências a longo prazo sobre o emprego e a atividade econômica, mas também até que ponto operários e operárias agem para conservar sua filiação à indústria.

Vimos que se trata de uma relação simetricamente oposta segundo os sexos a que se instaura entre conjuntura econômica e evolução do emprego. Assim, se pela pesquisa de 1982 tínhamos visto que a paternidade favorecia a manutenção do emprego e a maternidade não, esse estudo de 1986 indicou que, numa situação de desemprego, a paternidade é negativa obrigando a aceitação de condições de trabalho mais precárias; a maternidade, pelo contrário, não aumenta as pressões para a busca de um emprego, a carga ideológica de “provedor” estando ausente. No caso das “chefes de família” o encargo de provedor “de fato” acaba criando, na vida dessas desempregadas, as mesmas obrigações que as da paternidade, ou a masculinidade. Finalmente, numa situação de recuperação econômica, a paternidade torna-se de novo positiva, favorecendo o acesso ao emprego. As mulheres não têm essa mesma facilidade, sobretudo no acesso ao emprego industrial.

Uma segunda conclusão diz respeito às teses do exército industrial de reserva (cf. Introdução). A pesquisa de 1982 tinha mostrado que a crise diminui o volume de emprego feminino, mas não o afeta duradouramente, diminui o volume de emprego feminino, mas não o afeta quantitativamente (cf. Huet, 1984) também tende a indicar que a taxa de atividade feminina não flutua mecanicamente ao sabor da conjuntura econômica. Os empregos femininos podem crescer a *despeito* da crise.

Essa realidade tende a por em discussão as teses do exército industrial de reserva, que preconizam uma expulsão necessária das mulheres do mercado de trabalho numa conjuntura de crise, dada sua dimensão de reserva de mão-de-obra. Os resultados de nossa pesquisa tendem a qualificar a tese oposta, da manutenção do emprego feminino a despeito da crise, *do ponto de vista do indivíduo*: embora, de fato, a taxa de participação feminina possa se manter a mesma, a pesquisa tende a indicar que *não são as mesmas mulheres* que se mantêm no mercado de trabalho. A crise é uma ocasião para a substituição, pelos empregadores, da mão-de-obra feminina desgastada por outra mais jovem, e mais disponível. Mulheres com ampla experiência de trabalho industrial e com vontade de voltar a ingressar no mercado de trabalho encontram-se, assim, irremediavelmente penalizadas.

Uma outra dimensão do estudo diz respeito às formulações bastante generalizadas na América Latina sobre as estratégias familiares de sobrevivência (cf. Introdução). Nossa pesquisa não confirmou a tese - economicista - de que em caso de necessidade material, um ou vários membros da família ingressam no mercado de trabalho. Primeiramente, as

famílias encontradas em nossa pesquisa eram de dimensões reduzidas (famílias nucleares constituídas pelo casal e filhos em geral pequenos), o que não permitia nenhuma flexibilidade nem permutabilidade em caso de desemprego. Embora uma minoria significativa de esposas antes inativas de operários que se tornaram desempregados tivessem começado a exercer uma atividade remunerada, essa evolução não era isenta de correlação de forças no interior do casal, nem da representação de um certo ideal de estabilidade da família operária - como bem indicam os casos em que tal entrada de esposas na atividade econômica não se deu: mesmo desempregadas, certas categorias operárias relutaram e conseguiram manter as esposas inativas (caso dos operários de manutenção e ferramentaria). Acresce-se a isso que as relações homem-mulher e a alocação de um certo número de trabalhos domésticos exclusivamente às mães limita o comportamento indiferenciado dos membros de uma família como uma pura “força de trabalho”, mobilizável em caso de necessidade econômica. Daí a dificuldade maior das esposas com filhos pequenos de ingressar no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência, em caso de perda do emprego de seus maridos.

As dificuldades acarretadas pelo desemprego levariam a uma desintegração das famílias? Essa hipótese não se verificou. Na realidade, a idéia de uma certa correlação, no meio operário, entre estabilidade profissional e estabilidade familiar (cf. por exemplo Durham, 1980, p. 202) nem sempre se confirma. Assim, nossa pesquisa mostrou que a instabilidade extrema das famílias operárias em termos de emprego e de renda é acompanhada de uma grande estabilidade familiar, o desemprego sendo visto como um momento de consolidação dos laços familiares.

Finalmente, no que diz respeito à interrelação entre sexo, situação familiar e qualificação, várias conclusões puderam ser apresentadas. Insistiremos aqui em alguns aspectos. No caso dos homens, vimos que os mais qualificados resistem melhor às pressões no sentido de fazer bicos ou de sair do setor industrial; no caso das mulheres, vimos que as mais qualificadas são as que, qualquer que seja seu estado civil, voltam ao setor industrial uma vez passada a crise, sendo também as que têm condições de encontrar trabalho durante a recessão. São também os homens e mulheres mais qualificados que, no plano das preferências, têm a maior identificação com o trabalho industrial.

Entretanto esse comportamento relativamente homogêneo segundo a qualificação é modulado pelo sexo e pela situação familiar: assim, homens casados têm que elaborar estratégias para contornar os obstáculos criados pelos seus encargos de provedor à sua identificação com a indústria (“bicos” e atividades remuneradas fora desse setor em virtude das pressões familiares). Mesmo assim, os homens tentam manter a renda através de bicos para se esquivar de empregos permanentes fora da indústria; as mulheres, fora as poucas qualificadas, têm menos sorte: as chefes de família, pressionadas pela situação

HIRATA, Helena & HUMPHREY, John. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 111-131, 1992.

familiar, são obrigadas a aceitar empregos assalariados de status inferior fora da indústria, ou serviço doméstico remunerado. As mulheres casadas tiveram que escolher, muitas vezes, entre desemprego e inatividade.

A última observação que se poderia fazer quanto à interrelação entre sexo, situação familiar e qualificação consiste em que esta última dimensão não apareceu como variável relevante quando da nossa pesquisa em empresa, em 1982; a qualificação não parecia explicar o comportamento perante o emprego e o desemprego da mão-de-obra operária estudada¹⁸. Paradoxalmente, foi a pesquisa ulterior, feita em domicílios de bairros operários, que trouxe os dados mais interessantes referentes à qualificação, indicando a importância dessa variável no comportamento operário face ao emprego e ao desemprego.

A pesquisa mostrou, dessa maneira, como o “détour”, pouco habitual na sociologia industrial ou na sociologia do trabalho, pelo domicílio e pelo estudo das trajetórias, pode servir para apreender novos aspectos e aprofundar a análise de objetos tradicionais dessas subdisciplinas, como o emprego ou a qualificação do trabalho.

Recebido para publicação em maio/1992

HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. Family structures and productive system: working class families in crisis. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 111-131, 1992.

ABSTRACT: The article analyses relations between domestic and professional spheres, taking the social and sexual division of labor into account. It attempts to show to what degree family structures and relationships influence the economic activity of men and women, and also, to what degree the latter can influence family relationships. The work is based upon data collected from research carried out in Santo Amaro, São Paulo, in 1982 and 1986, stressing the impact of crisis on jobs, supplying indications on the differences and contradictions that take place inside working class families and their effect on the evolution of jobs during crisis.

UNITERMS: working class families, sexual division of labor, employment, unemployment, women, maternity, crisis.

¹⁸ A paternidade ou não-paternidade era um fator explicativo mais relevante que o fato de ser qualificado ou não-qualificado no caso dos homens; no caso das mulheres também a qualificação não explicava o comportamento perante o emprego (Cf. Hirata & Humphrey, 1984a e 1984b).

HIRATA, Helena & HUMPHREY, John. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 111-131, 1992.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU DE SOUZA, J. Filet. Paid domestic service in Brazil. *Latin American Perspectives*, nº 24, USA, 1980.

COLETIVO. *Le sexe du travail*. Presses Universitaires de Grenoble, 1984. Tradução em português da 2ª parte, *O sexo do trabalho*, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

CORNIA, G. Adjustment at the household level: potentials and limitations of survival strategies. In: CORNIA, G., JOLLY, R. & STEWART, F. (eds), *Adjustment with a human face*. Oxford University Press, vol. I, 1987.

DELPHY, Christine & KERGOAT, Danièle. Les études et recherches féministes et sur les femmes en sociologie. In: *Femmes, Féminismes et Recherches*, Toulouse, s/d.

DURHAM, Eunice, R. A família operária: consciência e ideologia. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, 1980.

HIRATA, Helena & HUMPHREY, John. Crise économique et emploi des femmes: une étude de cas dans l'industrie brésilienne. *Sociologie du Travail* 3(84), Paris, Dunod, 1984a.

_____. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 4, nº 4, Brasiliense, 1984b.

_____. Economic crisis and the sexual division of labour: the case of Brazil. *Capital and Class*, nº 24, London, winter, 1985.

_____. Familles ouvrières face à la crise. *Les Temps Moderns*, nº 491, Paris, Gallimard, 1987a.

_____. Des limites d'une approche par l'entreprise des problèmes de l'emploi et du chômage. *Cahiers CLERSEE*, nº 2, Lille, 1987b.

_____. Desemprego e suas conseqüências: trabalhadores e trabalhadoras da indústria no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, nº 11, 1989.

_____. Trajectoires et activité. *Cahiers APRE*, nº 7 (Anais da Table Ronde Internationale "Les rapports sociaux de sexes, problématiques, méthodologies, champs d'analyses"), Paris, vol. I, 1988.

HUET, Maryse. L'impact des politiques d'emploi menées depuis 1981 sur la situation socio-professionnelle des femmes. *Travail et Emploi*. Paris, Ministère du Travail, La Documentation Française, 1984.

HUMPHREY, John. *Gender and work in the third world*. London, Tavistock, 1987.

MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Hucitec, 1979.

HIRATA, Helena & HUMPHREY, John. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 111-131, 1992.

MARTIN, Roderick & WALLACE, Judith. *Working women in recession*. Oxford University Press, 1984.

MILKMAN, Ruth. Women's work and economic crisis. *Review of Radical Economy*, vol. VIII, nº 1, 1976.

MOSER, Carolina. Surviving in the suburbs. *IDS Bulletin*, 12(3), 1981.

MOTTA, Alda Brito da. A relação impossível. *Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências*. Fortaleza, Imprensa Universitária, vol. I, 1986.

SAFFIOTTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Rio de Janeiro, Avenir, 1979.

SCHMINK, Marianne. Household economic strategies: review and research agenda. *Latin American Research Review* 19(3), 1984.

SCHMITZ, Hubert. *Manufacturing in the backyard*. London, Frances Pinter, 1982.